

Traumatismo, memória e fantasia: a realidade psíquica¹

Dominique Scarfone², Montreal

Résumé

Face au débat qui fait rage, surtout aux États-Unis, à propos de rétablissement, par la voie de psychothérapie ou de la psychanalyse, de la réalité des événements traumatiques, l'auteur insiste sur un usage rigoureux des termes du débat. La théorie freudienne, axée ici autour du concept de réalité psychique, ne saurait se porter à l'appui inconditionnel de l'une ou l'autre des parties en présence («recovered memories» et «false memories»). Il s'agit au contraire de poser l'originalité du concept de réalité psychique, qui se distingue à la fois de la réalité événementielle et de la pure imagination. L'auteur souligne l'approche spécifiquement psychanalytique de l'accès à la mémoire, et s'en sert pour critiquer tant les notions de «souvenirs retrouvés» que de «faux souvenirs», tout en réaffirmant ce qui serait une éthique fondamentale de la psychanalyse et de toute psychothérapie qui prétend s'en inspirer.

1 Publicado originalmente em *Santé mentale au Québec*. Montreal, v. 21, n. 1, 1996, pp. 163-176.

2 O autor é professor associado do Departamento de Psicologia da Universidade de Montreal, psiquiatra, psicanalista e diretor da revista de psicanálise *Trans*.

Resumo

Diante do intenso debate, sobretudo nos Estados Unidos, acerca do restabelecimento, por meio da psicoterapia ou da psicanálise, da realidade dos eventos traumáticos, o autor insiste no emprego rigoroso dos termos do debate. A teoria freudiana, centrada no conceito de realidade psíquica, não poderia sustentar incondicionalmente uma ou outra das partes envolvidas (“recovered memories” e “false memories”). Pelo contrário, trata-se de estabelecer a originalidade do conceito de realidade psíquica, distinto tanto da realidade dos eventos quanto da pura imaginação. O autor enfatiza a abordagem especificamente psicanalítica do acesso à memória e a ela recorre para criticar ambas as noções de “lembranças recuperadas” e de “falsas lembranças”, reafirmando o que seria uma ética fundamental da psicanálise e de qualquer psicoterapia que nela se inspira.

O que é a realidade psíquica? A memória é uma faculdade confiável? Em psicanálise e em psicoterapia analítica, reconstruímos o passado tal qual ou fazemos uma construção cujo sentido só vale para o sujeito em questão? A rigor, essas questões podem receber uma resposta arrogante, do tipo “isso não interessa”. Mas isso seria subestimar a importância das palavras. Se há um lugar onde elas têm um peso considerável, esse lugar é um tribunal. Foi a hiperjudicialização da sociedade e da cultura americanas que estabeleceu, concretamente, a importância dessas concepções. Atualmente, nos Estados Unidos, são as respostas acatadas por um juiz ou júri a essas questões aparentemente muito abstratas que determinam o encarceramento ou a liberdade das pessoas.

O debate sobre as “recovered memories” (lembranças recuperadas) em oposição às “false memories” (falsas lembranças) traz uma discussão na qual os psicanalistas não querem se envolver. Exceto que se recorre a Freud de ambos os lados, ora para condená-lo, ora para citá-lo na defesa de um

posicionamento. Portanto, caso não se queira ser arrastado para um ou outro lado, é preciso se posicionar.

Assumir um posicionamento no debate é examinar seus termos. O que se depreende desse exame é, primeiramente, o positivismo dos posicionamentos que se confrontam. Um positivismo mais patente no caso das “lembranças recuperadas”, que nada mais seriam do que a reprodução de um registro até então oculto, porém mantido intacto, e mais sutil no caso das “falsas lembranças”. Mas o raciocínio é o mesmo: ou ocorreu algo concreto ou nada ocorreu, uma vez que se trata apenas de uma fantasia. Para alguns, a lembrança é a garantia de uma verdade objetiva; para outros, é considerada falsa e desprovida de qualquer valor, sem que se questione do que ela seria indício, inclusive enquanto fenômeno social.

Caberia, aqui, fazer uma breve incursão e refletir: todos querem que algo aconteça; a psique precisa receber algo do exterior, como se precisasse dar um rosto àquilo que vem, de forma dissimulada, do interior e que se chamará desejo ou pulsão (por ora, pouco importa). No início, os terapeutas das “recovered memories” estão em vantagem: que paciente não se apresenta à análise ou à terapia esperando que ela eventualmente lhe revele que “algo aconteceu”, algo geralmente imaginado como um evento único, a chave de tudo, o denominador comum de tudo que lhe causa sofrimento? Assim fantasmaticamente concebida, a terapia já entra na modalidade da transferência e o analista já é um sujeito-suposto-saber: pressuponho que o terapeuta saiba ou saberá como proceder para descobrir o que me aconteceu, a mim que um dia, em uma circunstância obscura, fui abandonado pela felicidade. A esse paciente, não interessa saber da promessa de Freud de transformar, pela psicanálise, o sofrimento neurótico em mero infortúnio.

Tendo em vista essa disposição, *comum a qualquer paciente*, de descobrir o elemento-chave, basta que uma corrente ideológica ou terapêutica se

disponha a propor a busca efetiva do(s) dito(s) evento(s), e não há dúvida de que serão encontrados os casos apropriados e as histórias necessárias.

Muito bem. Mas, desafiando essa perspectiva, não se deve esquecer que essa necessidade de que algo aconteça, de que algo tenha acontecido, não pode ser ignorada sem outra forma de juízo. Freud dizia que o neurótico deve, de certo modo, ter razão e que até mesmo o delírio psicótico possui um núcleo de verdade histórica. Qual é, então, o núcleo de verdade imaginável para o movimento das “recovered memories”? Tentemos examinar a possível contribuição da psicanálise para essa questão.

Cabe assinalar, em primeiro lugar, que a psicanálise não é uma instrução processual, ela não visa a estabelecer fatos objetivos. Aqui, não se pode deixar de evocar o famoso debate entre os proponentes da reconstituição do passado e aqueles da construção de uma história. No debate atual entre os proponentes de uma verdade narrativa, próxima da hermenêutica, e os defensores de uma reconstituição histórica fiel, é perfeitamente possível manter um terceiro posicionamento que delimita um espaço específico à psicanálise (LAPLANCHE, 1992).

O método psicanalítico exige que se deixe em suspenso, em aberto, a questão de saber se o que o paciente diz é verdade ou não, no sentido da verdade objetiva.

A psicanálise também não se baseia em um total livre arbítrio, em uma absoluta liberdade da imaginação. A própria imaginação e os seus produtos tais como relatados em sessão devem ser dissecados, questionados, analisados. Essa análise visa a trazer à tona fantasias inconscientes. Logo, é preciso distinguir entre a atividade da fantasia, que pode fornecer à análise pontos de partida, e a produção e o posterior recalque das fantasias que se comportarão na psique, nos termos de Freud, como uma realidade tão

firme quanto a realidade material. Referimo-nos, aqui, à *realidade psíquica*. Terceiro tipo de realidade, situada entre a realidade material e a realidade dos fenômenos psicológicos (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967), ela é o objeto específico da investigação psicanalítica.

Pode-se objetar, com razão, que a suspensão provisória da realidade objetiva nem sempre foi a atitude adotada por Freud. Aliás, sabe-se que, em “Sobre a etiologia da histeria”, Freud (1989) acreditou ter descoberto “as nascentes do Nilo” dessa neurose, ou seja, os abusos sexuais reais que todos seus pacientes haviam supostamente sofrido. Da mesma forma, na seção teórica de *Estudos sobre a histeria*, ele descreve a memória inconsciente como “arquivos mantidos em perfeita ordem” (FREUD, 1981, p. 233).

No entanto, a reviravolta de 21 de setembro de 1897 mostra como as coisas são mais complexas. Foi nessa data que Freud confidenciou a Wilhelm Fliess o abandono da teoria que fervorosamente defendera no ano anterior. Foram diversas as razões que o levaram a essa revisão, entre as quais se destaca, no que diz respeito ao que aqui nos interessa, o fato de não dispor de um critério de veracidade no inconsciente em que fatos reais e fantasias tenham o mesmo peso.

Esse novo posicionamento freudiano foi compreendido de diferentes maneiras. Para alguns, o abandono da teoria da sedução infantil é simplesmente um sinal de covardia, do carreirismo de Freud, de seu desejo de agradar aos colegas céticos (MASSON, 1984). Mas se fosse este o caso, seria difícil compreender por que Freud anunciou sua mudança de opinião apenas a Fliess e por que se passaram oito anos até que a nova teoria figurasse em seus escritos publicados. Para outros, trata-se da certidão de nascimento da teoria da sexualidade infantil que Freud poderia, a partir de então, descobrir, não estando mais obcecado com a ideia de uma criança inocente, vítima de um adulto perverso. Mas parece que assim

se esquece que a sexualidade infantil não foi descoberta por Freud, pois já havia sido observada por pediatras e outros médicos. A contribuição freudiana consistiu em mensurar a importância da sexualidade infantil na constituição psíquica de cada um.

Parece-me essencial ressaltar o seguinte fato: na carta a Fliess, em que Freud lhe informa sobre o abandono da teoria da sedução infantil, ele não afirma que essa sedução não exista ou seja insignificante. Ele constata tão somente que *não há, no inconsciente, um critério que permita distinguir o fato real da fantasia*, no sentido de que a fantasia pode ser tão convincente quanto o fato que realmente ocorreu. Retorna-se, assim, ao ponto de partida: o método analítico não pode, de modo algum, ter a pretensão de estabelecer fatos “objetivos”.

Não entrarei nas discussões entre os proponentes da reconstrução de um passado histórico e os defensores da construção de uma verdade narrativa. Em vez disso, tentarei utilizar os elementos mais úteis para abordar a questão que aqui nos ocupa.

As lembranças recuperadas (*recovered memories*)

Essa concepção é comparável ao trabalho de Freud anterior à famosa virada de setembro de 1897. Em “Sobre a etiologia da histeria”, podemos observar como ele procedia, à espera de respostas precisas dos pacientes, recusando algumas delas e, depois, incentivando-os a procurar melhor até que estivesse satisfeito, ou seja, até que o paciente “encontrasse” o que Freud desejava vê-lo “encontrar”. A aplicação da mão na testa dos pacientes para facilitar o trabalho da memória era talvez a forma de sugestão mais teatral, mas havia outras mais sutis.

No entanto, seu trabalho de autoanálise, sendo auxiliado por sua relação transferencial com Fliess e também fortemente motivado pelo luto após a

morte do pai, levou Freud a perceber que não dispunha de nenhum critério fiável para distinguir a fantasia da lembrança. Com isso, Freud não negava que abusos sexuais tivessem ocorrido na infância, mas não poderia mais determiná-lo, com certeza, em todos os casos. Na verdade, isso não tinha muita importância do ponto de vista psicopatológico: a fantasia pode ser igualmente patogênica.

Há mais: o conceito de *lembrança encobridora*, apresentado dois anos mais tarde, radicaliza o ceticismo em relação às lembranças, mesmo àquelas que parecem mais confiáveis. Aliás, durante esses anos, ocorre uma verdadeira revolução na concepção freudiana do funcionamento psíquico, revolução que resulta em uma nova forma de conceber o funcionamento da memória e que se revela, em nossa época dominada pela pesquisa em neurociência, extraordinariamente moderna (EDELMAN, 1992). Essa concepção pode ser observada já em dezembro de 1896, em uma carta que se convencionou chamar, nos escritos psicanalíticos, de “*carta 52*” (hoje, “*carta 92*”). A data é importante, pois situa essa concepção a meio caminho entre a apresentação da teoria da sedução infantil (maio de 1896) e seu abandono (setembro de 1897). Pode-se verificar, assim, uma evolução no pensamento freudiano que não se deve a um único tipo de razão. Às razões clínicas, extraídas tanto de sua própria análise quanto — e se não mais — da análise de seus pacientes, acrescenta-se essa modelização teórica, presente na carta 52, do funcionamento da memória.

O que revelam, em última instância, a lembrança encobridora e a sua análise por parte de Freud?

Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas. Nesses períodos de despertar, as lembranças infantis não emergiram, como as pessoas costumam dizer; elas foram formadas nessa

época. E inúmeros motivos, sem qualquer preocupação com a precisão histórica, participaram de sua formação, assim como da seleção das próprias lembranças³. (FREUD, 1978, p. 132)

Em outras palavras, não temos lembranças *oriundas do passado*, mas formamos lembranças *sobre o passado*.

O essencial dessa concepção é o fato de que a lembrança não constitui o objeto final da busca, sendo, antes, um veículo no qual embarcam, de modo “oportunistá”, os desejos inconscientes. Esse veículo pode ser formado por cenas perfeitamente inofensivas, insignificantes. Vale notar que esse mecanismo de empréstimo de materiais absolutamente banais também pode ser observado na teoria do sonho e, mais tarde, na teoria da transferência. Mensura-se, assim, a importância desse ponto de vista para toda a teoria psicanalítica.

É evidente que, com essa noção de formação *a posteriori* das lembranças, surge uma suspeita sistemática quanto à fiabilidade de *todas* as lembranças. A memória não é um simples depósito onde podemos encontrar documentos que ficam ali conservados, intactos. Ela é um sistema vivo, constantemente remanejado, no qual ocorrem sucessivas retranscrições. Esta é a essência do conteúdo da carta 52, que citarei brevemente a partir da tradução inglesa, mais recente e completa:

Estou trabalhando com a hipótese de que nossos mecanismos psíquicos são constituídos por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos está sujeito, de tempos em tempos, a um eventual *remanejamento* em função de novas circunstâncias — a uma *retranscrição*. Assim, o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória

3 FREUD, S. (1899) “Lembranças encobridoras”, in *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

se faz presente não só uma vez, mas em vários tempos, registrada sob diferentes tipos de indicações. Postulei a existência de um semelhante rearranjo em meus trabalhos sobre a afasia no que se refere às vias que vão da periferia [ao córtex]. Não sei dizer quantos são esses registros— ao menos três, provavelmente mais [Segue-se um pequeno esquema que ilustra a série de retranscrições entre percepções, sinais de percepção, retranscrição no sistema inconsciente e, depois, pré-consciente etc.].

Um pouco mais adiante, ele acrescenta:

Gostaria de ressaltar o fato de que esses registros sucessivos representam a produção psíquica de épocas sucessivas da vida. Entre essas épocas, deve ocorrer uma tradução do material psíquico. Explico a peculiaridade das psiconeuroses supondo que essa tradução não ocorreu para uma determinada parte do material, o que tem consequências. (FREUD, 1985, pp. 207-208).

Verifica-se, assim, a solidariedade teórico-clínica entre as ideias de Freud nessa época. Essa concepção da memória é uma contribuição essencial, muitas vezes ignorada, inclusive nos círculos psicanalíticos — ignorada ao menos no que concerne ao seu papel fundamental na gênese de problemas semelhantes aos que hoje nos preocupam.

Supõe-se que, com tal teoria da memória, Freud e os psicanalistas que o seguem por esse caminho não podem aderir ao modelo das personalidades múltiplas concebidas como guardiãs de lembranças do passado supostamente fiéis, mas que teriam sido “recalcadas”.

Na verdade, a concepção da memória aqui delineada transforma, de forma substancial, o próprio conceito de *recalque*. Este não pode mais ser o simples armazenamento de um estoque de lembranças mantidas ao abrigo

da consciência. Freud menciona que o recalque é justamente o “defeito de tradução”, a não-retranscrição de certos dados da memória. O material recalcado não deve mais ser concebido como uma matéria preservada intacta em algum lugar, esperando ressurgir tal qual. Trata-se de um material que, não retranscrito, ou seja, não transferido para uma simbolização mais evoluída, estará sujeito a um destino muito diferente.

“Se nenhum registro novo se produz,” escreve Freud (*ibid.*), “a excitação é tratada em função das leis psicológicas da época psíquica anterior, seguindo as vias disponíveis nessa época. Persiste, assim, um anacronismo.”

Nesse esclarecimento de Freud, observa-se nitidamente a alusão ao trabalho dos processos primários que incidem sobre o resíduo não retranscrito. A elaboração psíquica que se produz a partir desse resíduo é o que constituirá o material recalcado: não uma lembrança em si, mas um traço a partir do qual se constituirão roteiros fantasmáticos cujo efeito sobre as “lembranças” posteriores seguirá outras considerações para além da preocupação com a verdade histórica, como afirmava Freud a respeito das lembranças encobridoras.

É preciso esclarecer que a concepção das “personalidades múltiplas”, embora pareça assemelhar-se à teoria freudiana anterior a 1897, retoma integralmente a teoria de Janet e de outros psiquiatras pré-psicanalíticos ou não psicanalíticos, que postulavam a dissociação mental como mecanismo fundamental da patologia neurótica. A essa teoria, Freud opõe a teoria do conflito intrapsíquico. Em um estudo aprofundado sobre essa questão, Ian Hacking (1995) salienta que, nos Estados Unidos, antes da passagem de Freud, a figura dominante era Morton Prince, que retomou as teorias dissociativas de Janet. Ele observa que, paralelamente ao desenvolvimento da psicanálise, havia cada vez menos diagnósticos ou artigos científicos sobre as personalidades duplas ou múltiplas. Evidentemente, não se trata de um argumento em favor de uma posição

ou contra a outra, mas a plasticidade dos diagnósticos nos convida à reflexão. Cabe assinalar que a teoria do conflito psíquico, conflito interno, inclusive quando houve traumatismo, inclina-se para o posicionamento segundo o qual o paciente seria sujeito de sua própria história. Por outro lado, a teoria da dissociação psíquica associada a um evento traumático desloca a responsabilidade para o exterior. O contexto ideológico atual na América do Norte, conforme descreve Pascal Bruckner em *La tentation de l'innocence* (1995), não parece alheio à proliferação dos casos de patologias em que pacientes são a priori vítimas da intervenção estrangeira. Que fique claro: não se trata de negar o fato de que há vítimas e vitimização entre nossos pacientes, mas sim de levar em conta o efeito fortemente sugestivo do contexto ideológico.

As falsas lembranças (*false memory syndrome*)

Seria aparentemente fácil alinhar a versão pós-1897 de Freud à defesa da “false memory syndrome”. Mas essa ideia não se sustenta ao se constatar que, mesmo após ter estabelecido a ausência de critério de realidade no inconsciente, Freud busca a confirmação por terceiros das lembranças evocadas em certas análises, entre as quais se destaca a do Homem dos Lobos. Aqui, as coisas se complicam de modo singular: a respeito do mesmo caso, Freud afirma a preponderância das fantasias sobre os eventos “reais” e, ao mesmo tempo, busca corroborar, a partir da história real, o que seu famoso paciente aborda durante a análise.

Em defesa de Freud, reconhecemos que essas duas atitudes não são tão contraditórias quanto parecem. Freud afirma, na verdade, que a fantasia prevalece quando a experiência pessoal da criança é insuficiente para lhe fazer captar o sentido daquilo que ela observa. Essa premissa é coerente com as hipóteses da carta 52 (o modelo tradutivo). A preponderância da fantasia não anula, portanto, o fato de que algo foi percebido. A diferença

essencial em relação à teoria das “recovered memories” reside no fato de que aquilo que é “recuperado” na memória não é necessariamente o que foi percebido: nesse ínterim, a fantasia passou por ali.

No entanto, é preciso contestar o modo como Freud explica a presença dessas fantasias que assumem o controle quando a criança não é capaz de formular uma teoria adequada sobre o que observa. Freud postulou o caráter inato dessas fantasias, uma transmissão filogenética dos conteúdos psíquicos originários. Segundo essa concepção, as manipulações inocentes por um dos pais durante os cuidados corriqueiros da criança poderiam despertar suas fantasias inatas e conduzi-la a uma interpretação distorcida do que realmente ocorreu.

Nesse ponto, Jean Laplanche (1987) critica Freud, demonstrando surpresa diante da maneira extraordinariamente ingênua como Freud esquece o fato de que os adultos que cuidam da criança também têm um inconsciente, uma sexualidade recalcada. Por esse motivo, é inconcebível postular uma total limpidez da parte do adulto e uma interpretação “distorcida” por parte da criança. Laplanche retoma e desenvolve o modelo das inscrições múltiplas e das traduções sucessivas, incluindo as mensagens enigmáticas que provém do mundo adulto. Assim, a investigação freudiana sobre a validade das lembranças do Homem dos Lobos, embora fadada ao impasse quanto à sua capacidade de “comprovar” que este ou aquele evento ocorreu, se explica, em parte, pelo seguinte fato: a criança percebe sinais oriundos do mundo adulto e não dispõe dos instrumentos necessários a uma tradução completa, tradução necessária para integrá-los no eu. Laplanche afirma que essas mensagens estão “comprometidas”, no sentido de estarem “contaminadas” pelo inconsciente do adulto, pelos seus desejos não reconhecidos, e de serem “atenuadas” pelo fato de que o recalque no adulto garante que seus desejos inconscientes não sejam transmitidos tais quais, mas se manifestem em sua forma inibida, dessignificada. Em todo caso, há a sedução por parte dos adultos, mesmo que não deliberadamente.

É isto a “sedução generalizada”, que resulta da discrepância inerente entre o universo do adulto e o universo da criança. Mas aqui uma distinção se faz necessária:

- 1) A sedução generalizada, digamos “normal”, inevitável, da criança pelo adulto explica a diferenciação das instâncias psíquicas. Os restos não traduzidos, afirmava Freud, são tratados da forma mais arcaica; conseqüentemente, os processos psíquicos não serão os mesmos em todas as zonas desse aparelho que deve processar as “mensagens” do outro. Muito mais do que pela sua diferenciação tópica, o inconsciente se distingue sobretudo pelos processos de pensamento que lhe são próprios (processos primários).
- 2) Ao lado desse processo normal de “implantação” da sexualidade inconsciente, nos termos de Laplanche, há um outro mecanismo, essencialmente patogênico, denominado “intromissão”, a versão violenta da implantação. Aqui, a sedução não é da parte de um adulto envolvido nos cuidados normais da criança, mas, sim, de um adulto intrusivo ou absolutamente perverso. Longe de conduzir à diferenciação psíquica, esse processo, ao contrário, paralisa essa diferenciação. Forma-se, na psique da criança, um encrave não metabolizável, não traduzível. Esse encrave não é, estritamente falando, o recalado, uma vez que o processo de tradução/recalque não opera ali. Sugeri que, nesse caso, a mensagem do outro não é apenas enigmática para a criança, mas também carrega um interdito à tradução (SCARFONE, 1994). Como nos falta aqui espaço para aprofundar esse aspecto, limito-me a mencionar o papel que desempenha o “compromisso identificatório” entre criança e adulto (AULAGNIER, 1986), compromisso que remete àquilo que Paul Lefebvre (1988) chama de “pacto faustiano”. Tudo isso resulta em algo que se comporta como um corpo estranho inassimilável, intratável.

Essa distinção entre intromissão e implantação me parece essencial na discussão em questão: com a intromissão, temos um sujeito às voltas com um traumatismo sobre o qual o trabalho de tradução/recalque não opera. Não seria esse sujeito capaz de formar “personalidades múltiplas” e, um dia, restituir os eventos que atestam essa intrusão violenta tais como ocorreram? Minha resposta seria “não”, e por várias razões. Primeiramente, a não-diferenciação psíquica implicaria um funcionamento empobrecido do aparelho psíquico. Em cerca de vinte anos de prática clínica, nunca encontrei personalidades múltiplas. Contudo, tratei pacientes que foram vítimas de abusos sexuais na infância. Do ponto de vista das lembranças, esses pacientes abordavam, sem qualquer dificuldade, as cenas de sedução, mas o que os caracterizava eram vários graus de paralisia psíquica: carência, em maior ou menor grau, na produção fantasmática e onírica. A profusão das “personalidades” secundárias relatada em transtornos dissociativos me parece, ao contrário, indicar um aparelho psíquico muito bem diferenciado.

Há uma outra razão para a minha objeção. Ao contrário de Freud, Ferenczi continuou a se interessar pelo traumatismo efetivo, ou seja, por sujeitos que foram vítimas de abusos diversos na infância. Ele identifica a *identificação com o agressor* como mecanismo central nesse traumatismo e em suas consequências psicopatológicas, um mecanismo que os proponentes das “recovered memories” não desafiarão. Esse mecanismo — que Anna Freud retoma em um sentido completamente diferente e sem creditá-lo a Ferenczi — obriga as vítimas “a se submeterem automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si mesmas” (FERENCZI, 1982, p. 130). Por meio desse mecanismo, o agressor se torna interno. Esses pacientes se mostram muito dóceis com o terapeuta ao mesmo tempo que tentam identificar seus desejos e buscam agradá-lo. Eis, então, um paradoxo: o próprio texto de Ferenczi, que parece corroborar a teoria da dissociação da personalidade decorrente desses traumas, justifica o ceticismo em relação às produções dos pacientes ao longo do tratamento,

dada a docilidade das vítimas que se identificam inconscientemente com os agressores. Por conseguinte, as múltiplas dissociações que muitos alegam encontrar inevitavelmente podem ser de origem iatrogênica, ou seja, podem ser induzidas pelo terapeuta que nelas acredita, mesmo quando age de boa fé. Referindo-se ao texto de Ferenczi, Lewis Kirshner (1993) argumenta que o paciente já não mais confia no testemunho de seus próprios sentidos. Na medida em que lhe falta o senso de sua própria verdade, ele tende a se voltar ao analista ou terapeuta como autoridade última.

Embora permaneça cético quanto à utilidade e à validade da teoria dos transtornos dissociativos da identidade, não posso alinhar-me sem reservas ao campo da “false memory syndrome”. Com efeito, rejeitar o modelo das personalidades múltiplas não explica a popularidade do fenômeno em seu conjunto. Se, como afirma Ferenczi, um dos efeitos do abuso pelo adulto é suscitar na vítima uma intensa docilidade, que será repetida na relação com o terapeuta, conclui-se que não se pode excluir e tampouco provar, a partir das consequências, a natureza da causa. A questão deve ser examinada caso a caso, não negligenciando o fato de que, na atual conjuntura ideológica e social, existe a “tentação da inocência”. Dito isso, algumas outras considerações podem ser acrescentadas, as quais não deixam de ter repercussões na conduta a ser adotada nesse “caso a caso”.

Que a “causa” apresentada venha do fato vivenciado ou da elaboração fantasmática, a teoria da sedução generalizada — quer com a implantação, mecanismo “normal”, ou com a intromissão, trauma paralisante — nos indica que, em todos casos, o outro está efetivamente envolvido na realidade psíquica do sujeito. No entanto, longe de autorizar a adoção, por parte do terapeuta, de uma atitude semelhante àquela de um juiz que acumula provas contra “X”, essa mesma teoria deveria sobretudo lembrá-lo de que ele ocupa, na transferência, o lugar desse outro. Sua tarefa é justamente não repetir, em relação ao paciente, a intrusão atribuída a esses primeiros outros que ele gostaria de culpar. Ainda

que o fizesse em nome do bem, ele estaria subtraindo do paciente sua posição de sujeito. O paciente cuja história será autenticada pelo terapeuta não se tornaria dependente da fala desse terapeuta, que assume a posição de detentor dos critérios de verdade? A despeito dos possíveis impasses e contradições identificados em sua obra, Freud sempre defendeu que o psicanalista deveria recusar a função de “salvador de almas”, ou seja, recusar-se a saber o que seria bom para o paciente. A neutralidade benevolente nunca foi — e não deve sê-lo sobretudo nos casos aqui discutidos — um simples *savoir-faire*; ela tem implicações éticas muito sérias. Se um exame cuidadoso dos argumentos em favor da dissociação da personalidade contém seus próprios contra-argumentos (a docilidade e a submissão, a grande sugestionabilidade daqueles que deveriam alimentar a teoria), isso implica a importância de que o terapeuta se atenha a essa neutralidade benevolente. Em suma, ele não deve esquecer do fato de também ter um inconsciente, desejos inconscientes que seus pacientes captam e aos quais querem atender.

Supondo-se que se possa, no limite do absurdo, abrir um processo contra um adulto abusivo a partir dos dados da terapia, inaugura-se um novo debate: o quão terapêutico seria para o paciente atacar, no campo da realidade (com processos judiciais ou outras formas) seu agressor de outrora? A finalidade da terapia não seria permitir que o paciente reconheça e assuma da melhor forma possível seus próprios desejos, sua própria posição de sujeito — quer dizer, que assuma o controle de sua própria vida, em uma incerteza fundamental (SCARFONE, 1996), sem complacência, mas também sem ilusão quanto ao fato de que a verdade última sempre lhe escapará?

Para concluir, uma breve história. No processo contra um jovem, Philip Halsmann, acusado de parricídio, a acusação invocou, como argumento, o “complexo de Édipo” do rapaz e os seus correspondentes desejos assassinos. A defesa opôs-se radicalmente. Mais tarde, Freud foi convidado a compartilhar seu ponto de vista. Ele endossou a objeção da defesa, pedindo que se provasse, primeiramente, *pelos meios habituais de investigação*, a culpa do rapaz. Vejamos em que termos:

Se fosse objetivamente comprovado que Philip Halsmann espancou o pai até a morte, poder-se-ia apelar ao complexo de Édipo como fonte de motivação para um ato que não poderia assim ser compreendido de outra maneira. Na medida em que tal prova não foi apresentada, a menção ao complexo de Édipo incorre em erro. [...] É precisamente devido à sua onipresença que o complexo de Édipo não permite concluir que ele [o rapaz] seja o autor do crime. (FREUD, 1995, p. 41)

Mutatis mutandis, podemos aplicar o mesmo raciocínio à questão do traumatismo: tendo em vista a universalidade da sedução e a centralidade da fantasia, seria inútil apoiar-se sobre aquilo que surge na terapia para corroborar a materialidade dos fatos invocados. Mas, inversamente, assim como qualquer portador de um complexo de Édipo pode, por vezes, se tornar parricida, a sedução generalizada pode dar lugar, como frequentemente ocorre — e cada novo caso confirma isso — à sedução perversa. Só que a prova não poderia vir de dentro do processo terapêutico.

Referências

- AULAGNIER, P. “Les deux principes du fonctionnement identificatoire: permanence et changement”, in *Un interprète en quête de sens*. Paris: Ramsay, 1986, pp. 411-422.
- BRUCKNER, P. *La tentation de l'innocence*. Paris: Grasset, 1995.
- EDELMAN, G. *Biologie de la conscience*. Paris: Odile-Jacob, 1992.
- FERENCZI, S. “Confusion de langue entre les adultes et l'enfant”, in *Psychanalyse IV*. Paris: Payot, 1982, pp. 125-135.
- FREUD, S. “Sur les souvenirs-écrans”, in *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1978.
- FREUD, S. “Lettre du 6-XII-96”, in Masson, J. M. *The complete letters of S. Freud to W. Fliess*. Cambridge: Belknap, 1985.

FREUD, S. “Sur l'étiologie de l'hystérie”, in *Œuvres complètes, vol. III*. Paris: PUF, 1989.

FREUD, S. “L'expertise de la faculté au procès Halsmann”, in *Œuvres complètes, vol. XIX*. Paris: PUF, 1995.

HACKING, L. *Rewriting the soul: multiple personality and the science of memory*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

KIRSHNER, L. “Concepts of psychic reality in psychoanalysis, as illustrated by the disagreement between Freud and Ferenczi”. *International Journal of Psychoanalysis*. Oxfordshire, v. 74, n. 2, 1993, pp. 219-230.

LAPLANCHE, J. *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF, 1987.

LAPLANCHE, J. “L'interprétation entre déterminisme et herméneutique: Nouvelle position de la question”, in *La révolution copernicienne inachevée*. Paris: Aubier, 1992, pp. 385-415.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1967.

LEFEBVRE, P., “The psychoanalysis of a patient with ulcerative colitis”. *International Journal of Psychoanalysis*. Oxfordshire, v. 69, n. 1, 1988, pp. 43-53.

MASSON, J. M. *The assault on truth: Freud's suppression of the seduction theory*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1984.

SCARFONE, D., “Ma mère, ce n'est pas elle: De la séduction à la négation”, in Laplanche, J. et al. *Colloque international de psychanalyse*. Paris: PUF, 1994, pp. 97-106.

SCARFONE, D. “An uncertainty principle and the benefits of doubt”. *Canadian Journal of Psychoanalysis*. Montreal, v. 4, n. 1, 1996, pp. 29-37.

Tradução: **Bruno Konkewicz e Vanise Dresch**

Publicado em janeiro de 2025

Dominique Scarfone
dscarfone@gmail.com